



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO

RELATO INSTITUCIONAL

SÃO LUÍS
FEVEREIRO 2016

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO

REITOR

Prof. Dr. Francisco Roberto Brandão Ferreira

PRO REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. Carlos César Teixeira Ferreira

PRO REITORA DE ENSINO

Prof^a. Msc. Ximena Paula Nunes Bandeira Maia da Silva

PRO REITOR DE PESQUISA, POS GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Prof^a. Dr^a. Natilene Mesquita Brito

PRO REITOR DE EXTENSÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Prof. Dr. Fernando Antonio Carvalho Lima

PRO REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Valéria Maria Carvalho Martins

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Prof. Dr. Agenor Almeida Filho

DIRETOR DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Claudio Antônio Costa Fernandes

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA

Simone Costa Andrade dos Santos

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

Celso Azevedo

DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO SOCIAL

João Batista Cardoso Coelho

DIRETORIA DE ASSISTENCIA AO EDUCANDO

Dayse da Silva Rocha Araújo

DIRETORIA DO CENTRO DE PESQUISAS AVANÇADAS EM CIENCIAS AMBIENTAIS

Juvêncio Alves de Carvalho Pereira

ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Cristiane Souza de Lacerda

ASSESSORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Virgínia Maria Carvalho Freire

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS

Cláudio Antônio Amaral Moraes

ASSESSORIA DE OUVIDORIA

CAMPUS AÇAILANDIA

Diretor: José Werbet Ferreira da Silva

CAMPUS ALCANTARA

Diretor: Edalton dos Reis Silva

CAMPUS ARAIOSES

Diretor: Jairo Ives de Oliveira Pontes

CAMPUS BACABAL

Diretora: Clarisse Medeiros

CAMPUS BARREIRINHAS

Diretor: Jose Valdir Damascena Araujo

CAMPUS BARRA DO CORDA
Diretora: Marinete Moura da Silva Lobo
CAMPUS BURITICUPU
Diretor: Ronald Ribeiro Correa
CAMPUS AVANÇADO CAROLINA
Diretor: José Dioclides Góes Gonçalves
CAMPUS CAXIAS
Diretor: Joao da Paixao Soares
CAMPUS CODO
Diretor: Jose Cardoso de Souza Filho
CAMPUS COELHO NETO
Diretor: Arcenildo da Silva Nascimento
CAMPUS GRAJAU
Diretor: Francisco Alberto Gonçalves Filho
CAMPUS IMPERATRIZ
Diretor: Saulo Cardoso
CAMPUS ITAPECURU MIRIM
Diretor: Francisco Inaldo Lima Lisboa
CAMPUS PEDREIRAS
Diretor: Gedeon Silva Reis
CAMPUS PINHEIRO
Diretor: Mariano Matos Ribeiro
CAMPUS AVANÇADO PORTO FRANCO
Diretor: Júlio César Nascimento Souza
CAMPUS PRESIDENTE DUTRA
Diretor: Ivaldo José da Silva
CAMPUS AVANÇADO ROSARIO
Diretora: Madalena Martins de Sousa Neves
CAMPUS SANTA INES
Diretora: Locilia de Jesus Silva Costa
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
Diretor: Antonio Maia de Oliveira
CAMPUS SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS
Diretor: Carlos Antonio Barbosa Firmino
CAMPUS SÃO JOSÉ DE RIBAMAR
Diretor: Marco Antonio Goaiabeira Torreao
CAMPUS SÃO LUIS- CENTRO HISTÓRICO
Diretor: Carlos Alexandre Amaral Araujo
CAMPUS SÃO LUIS- MARACANÃ
Diretora: Lucimeire Amorim Castro
CAMPUS SÃO LUIS- MONTE CASTELO
Diretora: Regina Lucia Muniz Ribeiro
CAMPUS TIMON
Diretora: Jackellyne Georgia Dutra e Silva Leite
CAMPUS VIANA
Diretor: Fábio Lustosa Souza

CAMPUS ZE DOCA
Diretora: Davina Camelo Chaves

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO CENTRAL

Presidente

Lucilene Ferreira Mouzinho - Docente

Vice-Presidente

Amanda dos Santos - Docente

Secretária

Erika de Kassia Cantanhede - Administrativo

Membros Titulares

Lucilene Ferreira Mouzinho – docente

Denilton Santos Carneiro - docente

Amanda dos Santos - docente

Keyla Sorene da Silva Rodrigues – técnico administrativo

Erika de Kassia Cantanhede – técnico administrativo

Raimundo Nonato dos Santos Filho – técnico administrativo

Juliana Brito Barbosa – discente

Floriadna Carvalho de Souza – discente

Judá Bem-Hur de Araújo Barros – discente

Carlos Henrique Constantino Silva - Sociedade Civil

Felix Resplande de Sá - Sociedade Civil

COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO LOCAIS

Presidente - Marcelo Baldin Nodari - Docente - CAMPUS ACAILANDIA

Presidente - Carlos Alberto Lira Júnior- Docente - CAMPUS BACABAL

Presidente - Samir Buzar dos Santos - técnico administrativo - CAMPUS BURITICUPU

Presidente - Ricardo Felipe Martins Macieira - Docente- CAMPUS CENTRO HISTÓRICO

Presidente - Francisco das Chagas Oliveira - Docente - CAMPUS CAXIAS

Presidente - Irapuan Lira Feitosa Filho - Docente - CAMPUS CODÓ

Presidente - Marcelo Moizinho Oliveira - Docente - CAMPUS MONTE CASTELO

Presidente - João Paulo Ferreira Araújo - técnico administrativo - CAMPUS SANTA INES

Presidente - Renato Darcio Noletto Silva - Docente - CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS

Presidente - Raimundo Nonato dos Santos Filho - Técnico Administrativo - CAMPUS ZÉ DOCA

APRESENTAÇÃO

O presente relatório institucional tem sua criação fruto da exigência da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº62, que objetiva ser uma ferramenta para acompanhamento e verificação do posicionamento da instituição frente aos resultados de avaliação interna e externa.

1. BREVE HISTÓRICO DA IES

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA), integra a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, foi instituído pela Lei 11892/08 que tem como objetivo se estender a todos os estados brasileiros, promovendo educação profissional, desde a formação inicial e continuada até a formação em nível de pós-graduação *Strictu Sensu* (mestrado e doutorado).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), com sede (Reitoria) no município de São Luís/MA, nasceu da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras.

A tradição das Escolas Agrotécnicas e do Centro Federal de Educação Tecnológica estava pautada na oferta de cursos técnicos. O Centro Federal, entretanto, já ofertava, além dos cursos técnicos, cursos de graduação e pós-graduação. Durante mais de 50 anos, até a criação da Lei 11.892/08, as escolas agrotécnicas federais se especializaram na formação de jovens para o mundo do trabalho. A oferta da educação superior nas extintas escolas agrotécnicas deu-se somente após a criação dos Institutos Federais, os quais de acordo com a sua lei de criação, são equiparados às universidades federais para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior.

Logo após a criação do Instituto Federal do Maranhão, a instituição experimentou um rápido crescimento, estimulado pelo programa de Expansão Federal. Atualmente conta com 26 campi, 3 campi avançados e 2 centros de vocação tecnológica distribuídos no Estado e a Reitoria localizada em São Luís/MA, sendo composto pelos Campi São Luís - Monte Castelo, São Luís – Maracanã, Codó, Imperatriz, Açailândia, Alcântara, São Luís - Centro Histórico, Buriticupu, Santa Inês, Zé Doca, Bacabal, Barra do Corda, Barreirinhas, Caxias, Pinheiro, São João dos Patos, São Raimundo das Mangabeiras, Timon, Coelho Neto, Araisos, Itapecuru-Mirim, Presidente Dutra, São José de Ribamar, Pedreiras, Grajaú, Viana. Além destes, o Instituto conta ainda com 3 Campi Avançados: Porto Franco, Carolina e Rosário e 2 centros de vocação tecnológica: Aldeias Altas e Josias. Possui atuação em diversos segmentos de acordo com os arranjos produtivos locais e potencialidades regionais abrangendo em seus cursos desde as áreas Eletrotécnica-eletrônica-automação-mecânica e Indústria Química até Turismo e Agropecuária.

O Instituto Federal do Maranhão atualmente possui como Técnicos-administrativos: 1.334 (1.198 ativos permanentes; 125 aposentados; 10 cedidos; e 1 em exercício provisório); Docentes: 1.559 (1.278 ativos permanentes; 139 aposentados; 3 cedidos; 113 professores substitutos; e 26 professores temporários), totalizando 2.931 servidores. (Fonte: SUAP).

No ensino superior, tem-se um total de 7.274 estudantes, sendo 6.544 estudantes de cursos superiores presenciais e 730 de cursos superiores à distância. (Fonte: CENSUP 2014).

2. CONCEITOS OBTIDOS EM AVALIAÇÕES EXTERNAS INSTITUCIONAIS E DE CURSO

O IFMA possui 27 cursos superiores de bacharelado, licenciatura e tecnólogo e cursos superiores de educação à distância cadastrados no MEC. Na Tabela 01, tem-se os índices obtidos pela IES no ano 2014 e nas Tabelas 02 e 03 os Conceito de Curso (CC), Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Conceito ENADE nas modalidades presenciais e à distância-ano 2014.

Tabela 01 – índice da IES – ano 2014. (MEC)

Índice	Valor	ano
CI-conceito institucional	---	---
IGC-índice geral de cursos	3	2014
IGC contínuo	2.5111	2014

Tabelas 02 - Conceito de Curso (CC), Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Conceito ENADE nas modalidades presenciais – ano 2014.

Curso	Grau	Município	ENADE	CPC	CC
Administração	Bacharelado	Santa Inês	--	--	3
		São João dos Patos	--	--	--
Agronomia	Bacharelado	Codó	SC	--	3
		São Luís	--	--	--
Alimentos	Tecnólogo	Bacabal	--	--	3
		Codó	--	--	3
		São Luís	--	--	4
		Zé Doca	--	--	3
Artes Visuais	Licenciatura	São Luís	3	--	4
Biologia	Licenciatura	Buriticupu	2	--	3
		São Luís	2	3	3
Ciência da Computação	Bacharelado	Caxias	--	--	--
		Imperatriz	--	--	4
Ciências Agrárias	Licenciatura	Codó	--	--	3
		São Luís	--	--	3
		São Luís	--	--	4
Ciências Biológicas	Licenciatura	Barreirinhas	--	--	--
		Caxias	--	--	4
		Codó	--	--	4
		São Raimundo das	--	--	3

		mangabeiras				
		Timom	--	--	3	
Construção de edifícios	Tecnólogo	Santa ines	--	--	3	
*Eletronica industrial	Tecnólogo	São luís	2	SC	3	
Engenharias	Bacharelado	Civil	São luís	4	--	--
		Elétrica industrial	São luís	2	3	3
		Mecanica industrial	São luís	3	3	3
		Elétrica	Imperatriz	--	--	--
Física	Licenciatura	Imperatriz	3	3	4	
		Santa ines	3	--	3	
		São joão dos patos	--	--	--	
		São luís	2	2	4	
Gastronomia	Tecnólogo	Barreirinhas	--	--	3	
Gestão de turismo	Tecnólogo	Alcantara	--	--	3	
Gestão pública	Tecnólogo	Buriticupu	--	--	3	
*Informática	Licenciatura	São luís	3	SC	5	
Interdisciplinar em educação no campo	Licenciatura	São luís	--	--	--	
**Licenciatura plena em matérias específicas do ensino medio	Licenciatura	São luís	--	--	--	
Matemática	Licenciatura	Buriticupu	--	--	4	
		Caxias	--	--	--	
		Codó	3	--	3	
		São joão dos patos	--	--	--	
		São luís	2	3	3	
		Zé doca	1	--	3	
Programa especial de formação de docente	Licenciatura	São luís	--	--	--	
Química	Licenciatura	Açailandia	3	--	3	
		Bacabal	3	--	3	
		Caxias	--	--	--	
		Codó	2	--	3	

		São luís	2	3	4
		Zé doca	3	--	4
Sistema de informação	Bacharelado	São luís	5	4	4
Zootecnica	Bacharelado	Caxias	--	--	--

*O CST em Eletronica Industrial do Campus Monte Castelo, São Luís, deixou de ser ofertado em 2006/1 para a comunidade e o curso de Licenciatura em Informática, em 2004/1.

** Há três cursos ofertados na cidade de São Luís, todos com os mesmos conceitos ENADE, CPC e CC.

Tabelas 03 - Conceito de Curso (CC), Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Conceito ENADE nas modalidades à distância – ano 2014.

Curso	Grau	Município	ENADE	CPC	CC
Informática	Licenciatura	Vários	3	--	--
Química	Licenciatura	Vários	2	--	--

Durante os anos de 2014 e 2015 foram avaliados, pelo INEP, 26 cursos superiores, cuja síntese crítica consta nas Tabelas 04, 05 e 06.

Tabela 04- síntese crítica dos cursos superiores no período 2014-2015 – avaliação externa.

Avaliação número	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Média
Organização didático-pedagógica	3,4	3,1	3,1	3,3	3,8	3,3	3,9	3,3	3,1	3,37
Corpo docente e Tutorial	2,3	3,1	3,6	3,7	3,7	3,5	4,0	3,1	3,7	3,40
Infraestrutura	2,7	2,5	2,3	2,5	2,7	2,1	3,0	2,5	2,8	2,57
Conceito Final	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	4,0	3,0	3,0	3,11

Tabela 05- síntese crítica dos cursos superiores no período 2014-2015 – avaliação externa.

Avaliação número	10	11	12	13	14	15	16	17	18	Média
Organização didático-pedagógica	3,3	3,2	3,5	3,0	2,8	3,1	3,4	3,1	3,3	3,18
Corpo docente e Tutorial	3,0	3,3	4,5	2,6	3,3	3,5	4,2	4,1	3,9	3,60
Infraestrutura	2,5	3,0	2,9	1,9	2,2	3,1	3,1	3,3	3,4	2,82
Conceito Final	3,0	3,0	4,0	3,0	3,0	3,0	4,0	3,0	4,0	3,33

Tabela 06- síntese crítica dos cursos superiores no período 2014-2015 – avaliação externa

Avaliação número	19	20	21	22	23	24	25	26	Média
Organização didático-pedagógica	4,3	4,4	3,0	3,3	4,9	2,9	3,5	2,5	3,60
Corpo docente e Tutorial	3,5	3,4	3,3	3,8	3,4	3,4	3,0	3,1	3,36
Infraestrutura	3,1	4,0	2,2	3,2	3,3	2,8	2,9	2,1	2,95
Conceito Final	4,0	4,0	3,0	3,0	4,0	3,0	3,0	3,0	3,37

A partir das Tabelas 04, 05 e 06, verifica-se uma variação importante nas avaliações externas realizadas, o que remete ao caráter heterogêneo da Instituição em sua distribuição pelo Estado. Verifica-se nessas Tabelas que a expansão do Instituto Federal por todo o estado implica em necessidade de avanços na infraestrutura, gestão de pessoas e condições de acesso, principalmente nos Campi mais novos. Neste processo de expansão, além de questões como número de dependências (sala de aula, laboratórios, sala de docentes, dentre outros), há a necessidade de existência de políticas de conservação, atualização, segurança e estímulo a adequação e nível de funcionalidade das infraestruturas existentes. Além de planejamento das ações visando atender especificamente à acessibilidade, outro aspecto a ser considerado nessa análise se refere à autonomia administrativa que cada campus possui e que contribui também para a variação desses resultados.

A oferta de cursos superiores pelo IFMA ainda é recente para a maioria dos cursos superiores, principalmente os cursos ofertados pelos Campi que ficam no interior do Estado. Para que se possa acompanhar a evolução destes cursos já avaliados, algumas ações já vem sendo implementadas pela Pró-Reitoria de Ensino, como reuniões com os gestores dos Campi que possuem cursos superiores de graduação, e, principalmente atenção aos relatórios das avaliações do curso pelo MEC e tem como principal objetivo supervisionar, acompanhar e monitorar com base nesses relatórios disponibilizados pelo MEC e no relatório de auto avaliação, as estratégias que foram traçadas e as ações executadas pela gestão do campus, diretores e coordenadores de curso, para aperfeiçoar e alinhar as questões apontadas nas avaliações, visando melhorar a qualidade do curso e, conseqüentemente, a elevação do conceito em uma nova avaliação externa. Este trabalho também serve de apoio para a avaliação dos cursos que ainda não passaram por esta etapa.

Verifica-se na Tabela 07, que dentre os 26 cursos avaliados no período de 2014-2015, 100% tiveram conceito satisfatório nas avaliações externas, sendo 73% com conceito 3 (bom) e 27% com conceito muito bom.

Ressalta-se que a dimensão infraestrutura tem tido uma atenção especial nas auto avaliações e foi reforçada nas avaliações externas como ponto precisando de melhorias, conforme Tabelas 04, 05 e 06. Deve-se levar em consideração ainda que muitos Campi que tiveram seus cursos avaliados possuíam uma estrutura recente e estavam passando por um processo de reestruturação tanto do espaço físico (salas de aula, laboratórios, acessibilidade), quanto da organização pedagógica, como a construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores realizada pelos docentes recém admitidos nas suas áreas de atuação. Além disso, deve-se mencionar que para um instituto federal, existe uma larga experiência na oferta de cursos técnicos e pouca experiência na oferta de cursos superiores, o que contribui para o conceito somente satisfatório de alguns cursos no que se refere à produção científica, cultural, artística ou tecnológica.

Tabela 07 – Conceito Final obtidos das 26 avaliações externas realizadas no período de 2014-2015.

Conceito Final	Quantidade de avaliações
1	0
2	0
3	19
4	7
5	0

3. PROJETOS E PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO

Neste item tem-se uma breve apresentação do desenvolvimento dos projetos e processos de auto avaliação (avaliação interna), que culminaram na elaboração do relatório da CPA, desde o último ato regulatório.

A autoavaliação do ano 2014 pela CPA Central utilizado para coleta de dados foi discutida e formulada mediante diversos encontros da Comissão Central com as CPAs Locais e se baseou no Instrumento de Avaliação de cursos de Graduação – Bacharelados e Licenciaturas presencial de 2014.

De modo a organizar o processo de sistematização do relatório da autoavaliação, a Comissão Central pactuou com as Comissões Locais a responsabilidade pelos dados avaliativos coletados nos Campi. A fim de garantir a participação da comunidade no processo avaliativo, a Comissão Central adotou procedimentos para a sensibilização, tais como envio de e-mail às Comissões Locais, bem como, e-mails de convite aos Diretores Gerais dos Campi. Seminários foram realizados pela CPA Central e as CPAs Locais com objetivo de esclarecimento acerca do processo de autoavaliação e de como realizar a avaliação com os discentes, docentes e técnicos administrativos. Já com a sociedade civil, a avaliação foi realizada mediante questionário elaborado pelas CPAs Locais. A conferência e análise dos dados coletados foram efetuadas, sendo discutidos os resultados, que foram apresentados em forma de gráficos. As Comissões Locais na autoavaliação utilizaram diversas estratégias, como: visita aos departamentos para informar a data da aplicação dos questionários, avisos em salas de aula, afixação de cartazes, e por fim, o preenchimento via Sistema Acadêmico (Q-Acadêmico) para os Campi nos quais o Sistema já está implantado.

Nos Campi os quais o Sistema Acadêmico (Q-Academico) já está implantado, a coleta dos dados para os cursos de graduação presencial foi baseada nesses questionários e compõem os segmentos docentes, discentes e técnico administrativos. Nos cursos EAD, houve uma adaptação do questionário do Sitemas Academico (Q-Academico) inserindo-se questões mais especificas a essa modalidade de ensino. Nos demais Campi, as CPAs Locais elaboraram questionários contendo em torno de 48 questões fechadas, de múltipla escolha, abrangendo docentes, discentes dos cursos superiores e técnicos administrativos, com cinco alternativas, sendo que o pesquisado escolhe uma única resposta. O modelo utilizado para os questionários mede os níveis de concordância ou não concordância à afirmação.

Em outubro de 2015, após eleição dentre os integrantes das 14 (quatorze) CPAs Locais, a nova CPA Central tomou posse. Essa nova CPA Central, motivada pelos prazos do sistema do MEC realizou diversas reuniões em meses consecutivos com as CPAs Locais. Nessas reuniões, foram deliberados três questionários a serem aplicados aos segmentos docente, técnico administrativos, discente e

sociedade civil. O primeiro questionário já utilizado pelo Sistema Q-Academico foi mantido para os Campi que já utilizam o Sistema Academico para os cursos superiores presenciais; um segundo questionário foi elaborado para os cursos superiores presenciais e aplicado aos Campi que ainda não utilizavam o Sistema Q-Academico e, o terceiro questionário foi adaptado do questionário Sistema Q-Academico pela Diretoria de Educação à Distância para os cursos superiores à distância.

Devido às proximidades do fim do período letivo, as aplicações dos questionários, para alguns Campi, não foram muito significativas. Então, para os Campi que não tiveram um espaço amostral maior que 30%, decidiu-se aguardar o retorno às atividades acadêmicas e reaplicar o questionário para análise de resultados do ano 2015.

O planejamento estratégico das autoavaliações a partir da nova Comissão da CPA Central em outubro de 2015 seguiu um modelo de modo a propiciar possibilidade de acompanhamento da evolução dos itens a serem avaliados com um nível maior de profundidade. Esses trabalhos tiveram início em novembro e uma nova coleta de dados para os questionários deliberados nas reuniões foi realizada a partir de dezembro de 2015, estendendo-se até fevereiro de 2016, devido à finalização e início do período letivo para alguns Campi. O Planejamento da autoavaliação realizado no segundo semestre de 2015 foi pautado nas seguintes premissas:

1. utilização de fontes diversificadas de insumos de dados;
2. informações ao gestor e a comunidade acadêmica em relação aos aspectos avaliados;
3. busca de integração de dados com outras pesquisas já existentes;
4. um padrão em conformidade com as instruções normativas SINAES;
5. proposições de correção/melhorias e a realização de um acompanhamento de seu tratamento por parte dos responsáveis;
6. acompanhamento da execução das atividades propostas no planejamento estratégico da instituição;
7. uma análise comparativa dos resultados anteriores das autoavaliações e as avaliações externas.

O processo de autoavaliação com a nova CPA Central passa por momentos de discussões entre as CPAs Locais em relação as análises obtidas dos resultados por cada uma das CPAs Locais, bem como, as ações e o planejamento desse processo em cada um dos Campi. Os resultados do relatório de autoavaliação institucional 2015 será divulgado em março de 2016, oportunamente junto das ações para levantamentos de informações para a autoavaliação do ano 2016, processo que se iniciará no mês de junho deste ano. Em todas as reuniões, a CPA reforça a necessidade de conscientização nos Campi, fornecendo informações sobre a Comissão Central e Local, a repercussão e a importância das atividades das CPAs junto à Instituição e ao MEC. Buscando-se a propagação dessas informações para a comunidade acadêmica e aos gestores de modo que haja uma reflexão em relação às demandas necessárias para cada Campus.

4. DIVULGAÇÃO E ANALISE DOS RESULTADOS DE AUTOAVALIAÇÃO

Desde a publicação da Lei nº 11.892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o IFMA vem buscando desenvolver ferramentas consistentes para a institucionalização da auto avaliação. Hoje, o IFMA possui uma Comissão Própria de Avaliação Central localizada na Reitoria e treze subcomissões, denominadas Comissões Próprias Locais localizada nos Campi que possuem cursos superiores. Essas

Comissões têm suas atividades pautadas na análise contextual do Planejamento, Gestão e Políticas desenvolvidas ou em desenvolvimento para composição do relatório apresentado no período de análise desse relato.

Uma das primeiras ações da CPA Central que atua desde outubro de 2015 foi a elaboração do site institucional, (<http://portal.ifma.edu.br/comissao-permanente-de-avaliacao-cpa/>), da CPA para divulgação das suas ações, bem como, disponibiliza materiais para divulgação da instituição. A seguir tem-se um resumo do relatório da CPA desde o último ato regulatório, seguido de análise sintética dos resultados.

O PDI 2014-2018 foi construído em um processo participativo envolvendo toda a Comunidade IFMA, por meio de reuniões sistemáticas, em cada Campus, em que foram convidados docentes, discentes, técnicos administrativos, coordenadores e chefes de departamentos. Com vigência prevista para os próximos cinco anos, o PDI foi exaustivamente discutido com os segmentos da instituição, envolvendo todos os Campi. A etapa de sensibilização foi fundamental, através da quais as reuniões locais, regionais e gerais tornaram-se importante divisor de águas entre a necessidade formal de discussão, elaboração e aprovação do documento final e a constatação da importância que o mesmo tem, no que concerne àquilo que está potencializado no IFMA como um todo, constituindo-se importante ferramenta para o Planejamento Estratégico Institucional.

Como síntese dos resultados obtidos da avaliação interna segue que para a organização didático-pedagógica que consiste numa dimensão de extrema importância para o funcionamento eficaz dos sistemas pedagógico do IFMA, os sujeitos dos segmentos analisados (docente, discente e técnicos administrativos) são inquiridos sobre a instituição no planejamento de suas ações acadêmico/administrativas relacionadas com as políticas de ensino, possibilitando a atualização curricular, utilização de material pedagógico, o oferecimento de disciplinas semipresencial e programas de monitoria. Nesta pesquisa, um percentual de 73% avaliou positivamente a esta participação, um número bastante expressivo e que deve ser considerado pela instituição como um ponto forte que precisa ter maiores investimentos no âmbito do planejamento.

Em relação às políticas institucionais e ações acadêmico/administrativas voltadas para extensão na participação dos programas, projetos e outras atividades, estas foram avaliadas por um percentual da comunidade acadêmica e foi considerado bom. Em análise do PDI 2014-2018 constou-se que há ações estratégicas bem alinhadas entre a pesquisa, ensino e a extensão, principalmente, considerando-se que não houve em nem um dos Campi objeto da presente pesquisa avaliação negativa relacionada a este item. Dessa forma, recomendou-se potencializar tais ofertas para que este índice fosse mantido ou melhorado visando a excelência. Na participação em atividades de pesquisa teve-se um percentual de 86 % dos sujeitos considerou satisfatória a forma como seus Campus oportunizam aos estudantes e servidores o envolvimento e participação em atividades de pesquisa.

Mais de 75 % dos docentes e técnicos administrativos avaliaram como suficiente as políticas institucionais e ações acadêmicas, o desenvolvimento de pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural. Considerando que tais atividades são de suma importância para vida acadêmica e profissional dos indivíduos, os valores verificados nestas variáveis foram considerados com indicativo de que deva ser adotada medidas para melhorar o índice de satisfação nesse quesito. Quanto à adequação da matriz curricular e dos programas de ensino e de sua execução prática, o cumprimento das diretrizes curriculares do curso, à articulação entre as aulas teóricas e as atividades práticas, os procedimentos para verificação de aprendizagem, adequação dos métodos de ensino e processos didáticos para garantir a construção do conhecimento do estudante, estas foram avaliadas pelos discentes como satisfatório/bom. Nesse sentido, verifica-se que a coordenação de curso juntamente com sua equipe de professores vem articulando suas ações práticas de ensino com o previamente planejado no Projeto Pedagógico de Curso. No geral, pode-se constatar que para essa dimensão a avaliação foi positiva, todavia os valores evidenciados não são vistos como comodismo e sim como desafios na busca pela excelência.

Dentre os pontos fortes dessa avaliação aponta-se a Ouvidoria do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão, órgão de assessoramento da Reitoria que atua na intermediação entre esta Instituição e a comunidade. Criada em 2013, este importante serviço vem sendo ampliado e trabalha hoje prestando serviços de comunicação com a sociedade e comunidade acadêmica, em consonância com os princípios legais constitucionais, dando ênfase à probidade; isonomia; legalidade; impessoalidade; moralidade; publicidade e eficiência. Esta ferramenta foi avaliada positivamente pela comunidade do IFMA que já a utiliza para fazer questionamentos, críticas e reclamações.

A dimensão III que avalia as políticas de atendimento aos discentes conteve indagações sobre programa de atendimento estudantil, apoio pedagógico, programas de acolhimento aos ingressantes, políticas de acessibilidade, participação de eventos científicos, programa de acompanhamento de egressos e estágio supervisionado. A unicidade nas respostas positivas simboliza que nos Campi avaliados, os sujeitos pesquisados estão satisfeitos com as políticas desenvolvidas, dado este que precisa ser melhor avaliado a fim de constatar quais fatores provocam essa satisfação e com essa informação, a Instituição ter parâmetros para ampliação dessa oferta.

Os questionamentos referentes à participação em eventos tais como: congressos, seminários, palestras, viagens de estudos, visitas técnicas, e os questionados sobre a disponibilidade de política de acompanhamento dos egressos (graduados) dos cursos de ensino superior, tiveram em sua maioria conceitos suficiente/bom.

Considerando a importância do estágio supervisionado para a formação acadêmica e profissional, deve-se adotar medidas que atenuem os aspectos questionados que tiveram resultado insuficiente para muitos estudantes e profissionais dos diversos Campi.

5. PLANO DE MELHORIAS A PARTIR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS, PROCESSOS DE GESTÃO E EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL

O IFMA visa garantir a qualidade da oferta de seus cursos nas mais diversas modalidades de ensino e para isso, a partir dos relatórios de auto avaliação e avaliações externas, elabora-se o planejamento estratégico com planos de ação. Este planejamento, em consonância com as metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional, congrega ações macro e micro a serem desenvolvidas pela Instituição que são executadas anualmente e acompanhadas pelas Pró-Reitorias.

Esse trabalho tem colaborado com a evolução positiva dos resultados obtidos pelos cursos do IFMA e, conseqüentemente, a uma destinação mais efetiva e eficiente dos recursos, conforme consta no PDI, são destinados para promover melhorias e modernização da infraestrutura física e instalações das unidades do IFMA e melhorias na qualidade da prestação de serviços institucionais que são diretamente destinadas ao estudante.

Dentre as políticas para o ensino, pesquisa e extensão, destacam-se as seguintes ações: ampliação do acesso aos cursos de graduação, com criação e implantação de novos cursos, aumento de vagas em cursos já existentes, aumento de projetos submetidos e aprovados, aumento na oferta de bolsas de programas do governo federal e de fontes financiadoras, aumento no número de grupos de pesquisas cadastrados no CNPq. Nos Gráficos 01 e 02, tem-se a evolução da oferta dos cursos de graduação do IFMA num período de 10 anos: 2004 a 2014 e os projetos submetidos por Campi para cada programa no ano de 2014. Na Tabela 08, tem-se a evolução das bolsas de iniciação científica no período de 2013-2015.

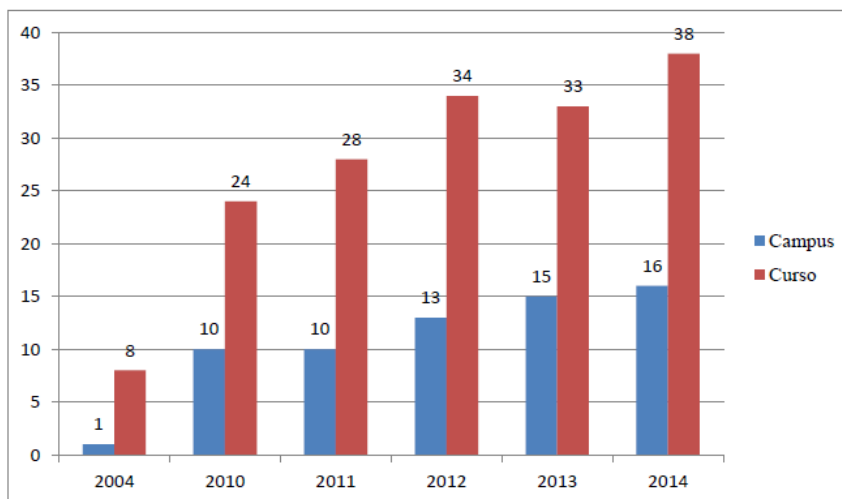


Gráfico 01 – Evolução da oferta dos cursos de graduação do IFMA num período de 10 anos: 2004 a 2014.

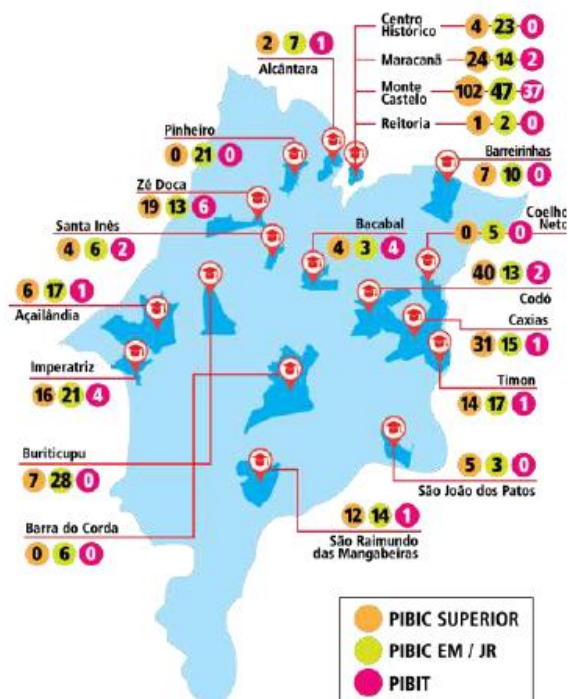


Gráfico 02 – Projetos submetidos por Campi para cada programa no ano de 2014.

Tabela 08 – Evolução das bolsas de iniciação científica no período de 2013-2015.

Programas de bolsas de iniciação científica	N° de bolsas ofertadas		
	2013	2014	2015
PIBIC SUPERIOR (<i>Voltada a estudantes do ensino superior, têm o objetivo de engaja-los em atividades de pesquisa científica ou tecnológica, com o engajamento de professor pesquisador qualificado</i>)	292	304	321
PIBITI (<i>Destinam-se aos estudantes do ensino superior, visando a estimular atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação</i>)	69	112	130
PIBIC-Júnior (<i>Têm o objetivo de despertar nos estudantes do ensino médio/técnico a vocação científica, através da participação em atividades de pesquisa com orientação de pesquisador qualificado</i>)	471	482	523
TOTAL	832	898	974

No ano de 2014, o IFMA utilizou recursos próprios para financiar 76% das bolsas de pesquisa. Outras fontes financiadoras foram a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA), responsável por 13% das bolsas ofertadas, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com 12%.

REFERENCIAS

PDI 2014-2018. Disponível em: <http://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2015/07/pdi.pdf>. Acesso em 29/01/2016.

CPA. Relatório de Autoavaliação Institucional 2014. Disponível em: <http://portal.ifma.edu.br/comissao-permanente-de-avaliacao-cpa/>. Acesso em 03/02/2016

CPA. Atas de reuniões realizadas. Disponível em: <http://portal.ifma.edu.br/comissao-permanente-de-avaliacao-cpa/>. Acesso em 03/02/2016.

BRASIL. MEC/CONAES/INEP/DAES. Instrumento de Avaliação Institucional Externa. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2014/instrumento_institucional.pdf. Acesso em 26/01/2016.

BRASIL. MEC/CONAES/INEP/DAES. Instrumento de Avaliação Institucional Externa. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2014/instrumento_institucional.pdf. Acesso em 26/01/2016.

BRASIL/MEC/CONAES/INEP/DAES. Nota Técnica 062. Definição da Estrutura do Relato Institucional. Disponível em: <http://portal.ifma.edu.br/comissao-permanente-de-avaliacao-cpa/>. Acesso em 03/01/2016.

BRASIL/MEC/EMEC. Instituições de Educação Superior e Cursos cadastrados. Disponível em <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 27/01/2016.